

Financiamento do jornalismo investigativo: uma análise das bolsas de reportagem ¹

Funding investigative journalism: an analysis of the reporting grants

Gisele Barão da Silva ²

Resumo: O artigo descreve e analisa quatro editais de bolsas de reportagem investigativa. A partir das oportunidades de financiamento oferecidas em 2017 pela Revista Azmina, Agência Pública, Journalismfund.eu e Quinto Elemento, discute-se quais são os temas e critérios considerados para selecionar propostas de jornalistas. O objetivo é compreender a visão que essas organizações têm do gênero investigativo, num momento em que a sustentabilidade para o jornalismo está na pauta das pesquisas na área.

Palavras-Chave: Jornalismo investigativo. Reportagem. Jornalistas

Abstract: The article describes and analyzes four calls for investigative reporting grants. From the funding opportunities offered in 2017 by Revista Azmina, Agência Pública, Journalismfund.eu and Quinto Elemento, it is discussed what are the themes and criteria considered to select proposals from journalists. The objective is to understand the vision that these organizations have of investigative journalism, at a time when sustainability for journalism is on the agenda of research in the area.

Keywords: Investigative Journalism. Reporting, Journalists.

.....

1 Introdução

Nos últimos anos, presenciou-se um número significativo de demissões de jornalistas. Em 2016, pelo menos 500 profissionais foram dispensados de veículos de comunicação, de acordo com informações do portal Comunique-se³. Com a drástica redução de vagas nas redações, os repórteres investigativos também são prejudicados. Ou são demitidos, ou deslocados de suas funções, passando a fazer a cobertura generalista diária. Outro fator que

¹ Trabalho apresentado no IV Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, realizado na Universidade Anhembi-Morumbi, cidade de São Paulo, entre 29 de junho e 1º de julho de 2017.

² Jornalista formada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e mestre em Jornalismo pela mesma instituição. Co-fundadora do site independente Maria Pauteira (www.mariapauteira.com.br) E-mail: giselebarao@yahoo.com.br

³ Notícia publicada em dezembro de 2016, com levantamento realizado pela reportagem com base em arquivos e no site Volt Data Lab

tem reduzido o espaço para produção de jornalismo investigativo é a aposta dos meios de comunicação na velocidade das plataformas digitais, dependendo cada vez mais do número de acesso nos conteúdos online para atrair receita publicitária. Com isso, sobra pouco tempo para as reportagens que demandam trabalho em equipe e meses de investigação – que geram custos mais altos para a empresa. (FORTES, 2005).

Nesse cenário, há outras saídas possíveis para os profissionais exercerem a veia investigativa: uma delas é se candidatar em editais que concedem bolsas de reportagem, oferecidas por organizações nacionais e internacionais. Este artigo quer descrever e discutir, com base na análise de quatro editais, quais têm sido os critérios para financiamento do Jornalismo Investigativo. São analisadas convocatórias para jornalistas divulgadas em 2017 - duas brasileiras e duas estrangeiras.

Num momento em que se discute sustentabilidade para o jornalismo investigativo, as bolsas de reportagem são uma estratégia viável para garantir matérias dessa natureza, pois as grandes reportagens e investigações custam caro e exigem muito tempo de produção. Alguns sites especializados têm colaborado na divulgação dessas oportunidades, como o da Rede de Jornalistas Internacionais (IJNET) e do Knight Center for Journalism in the Americas. A iminência de editais também pode ser lida como um dos reflexos do enxugamento das redações, que fez reduzir a prática da reportagem investigativa.

Para selecionar as convocatórias, considerou-se o grau de detalhamento dos critérios de seleção de propostas divulgadas em sites especializados ou pelas próprias instituições em redes sociais. Este artigo analisa a Bolsa de Reportagem da Revista Azmina 2017 – sobre direitos das mulheres; o concurso de micro bolsas da Agência Pública, que em 2017 abriu uma seleção para reportagens que investigassem temas relacionados à maconha; a bolsa do Journalismfund.eu, para investigações na Europa; e do Quinto Elemento - laboratório de investigação e inovação jornalística, com sede no México. Os tópicos de análise desse material são: critérios de seleção; descrição do tipo de pautas de pretendem escolher, definição de jornalismo investigativo (se houver). O objetivo é compreender quais temas e práticas jornalísticas são valorizadas atualmente por essas organizações.

De maneira geral, os editais fazem mais referência a temas preferenciais do que às etapas de produção ou do que consideram Jornalismo Investigativo. Algumas organizações

não deixam claro qual é o tipo de pauta que pode ser aprovada. O regulamento da Agência Pública é um dos mais completos. Com relação aos critérios de seleção, destaca: consistência da pré-apuração, originalidade e relevância da pauta, experiência do repórter e capacidade para realizar reportagens de forma independente, segurança e viabilidade da investigação e recursos e métodos jornalísticos a serem utilizados. Sobre Jornalismo Investigativo, o edital sugere a leitura das definições reunidas pela Abraji em compilação divulgada nos seus 10 anos, em 2012. Entre os temas mais valorizados pelos editais estão direitos humanos e políticas públicas.

2. Definição de Jornalismo Investigativo e novos modelos de negócio

Para poder identificar menções diretas a termos e conceitos relacionados ao Jornalismo Investigativo nos editais analisados, primeiramente é necessário recuperar alguns deles em algumas das principais publicações sobre o gênero. Leandro Fortes (2005) diz que a investigação é parte de uma engrenagem que vai da pauta à publicação de uma notícia, e que a conotação investigativa de uma reportagem tem a ver com “coroar” o noticiário com momentos “de grande diferença” - garantindo publicações exclusivas e que demandam um investimento maior da redação naquela pauta. (FORTES, 2005 p. 14).

(...) embora qualquer prática jornalística pressuponha alguma investigação, há uma categoria que se diferencia das outras. (...) Embora todas as matérias veiculadas no jornalismo impresso sejam editadas como produtos de investigação do profissional que as assina ou da equipe de reportagem que as publica, isso nem sempre acontece”. (SEQUEIRA, 2005 p.15).

Autores também costumam relacionar o Jornalismo Investigativo à publicação de informações de interesse público que os poderosos prefeririam que continuassem a ser obscuras. Além de ser um material que venha da iniciativa e apuração do próprio repórter – e não pronta das fontes, assessorias de imprensa, nem do jornalismo declaratório. Conforme detalha Fortes (2005) as técnicas são semelhantes ao jornalismo produzido na prática diária, já que apurar com rigor e ouvir os envolvidos são preceitos básicos. No entanto, há algumas diferenças e características dessa produção, como: pesquisa minuciosa, paciência, concentração, insistência, desconfiança, discrição, precisão e checagem, apenas para citar

alguns exemplos. “O que diferencia o jornalismo investigativo dos demais setores da atividade são as circunstâncias, normalmente mais complexas, dos fatos, sua extensão noticiosa e o tempo de duração que, necessariamente, deve ser maior, embora quase sempre exercido sobre pressão”. (FORTES, 2005 p. 30).

Na publicação “A investigação a partir de histórias: um guia para o jornalismo investigativo”, de Mark Lee Hunter e Nils Hason, os autores dizem que esse gênero envolve expor ao público algo que estava oculto. “(...) seja deliberadamente por alguém em uma posição de poder, ou acidentalmente, por trás de uma massa desconexa de fatos e circunstâncias que obscurecem a entendimento. Ele requer o uso tanto de fontes e documentos secretos quanto divulgados. (HUNTER, 2013 p.8). Para eles, no jornalismo investigativo, a pesquisa pode continuar mesmo após a publicação da reportagem; a história precisa ser baseada na quantidade máxima de informações possível, e requer uma documentação que dê conta de negar ou confirmar os dados fornecidos pelas fontes. Frequentemente, as fontes não podem ser identificadas, por questão de segurança.

Também há a possibilidade de definir o jornalismo investigativo pela aproximação com determinados temas. É o caso mencionado por Solano Nascimento (2010) em referência ao pesquisador argentino Silvio Waisbord, que realizou um estudo sobre o gênero na América Latina. Segundo ele, esse tipo de jornalismo se caracteriza pela busca de irregularidades que envolvam pessoas do governo e demais autoridades. Nesse sentido, o professor utiliza a expressão “*watchdog journalism*”, ou seja, o jornalismo deve funcionar como “cão de guarda”, denunciar irregularidades. (NASCIMENTO, 2010). Há ainda pesquisadores que defendem que esse tipo de produção de matérias deve gerar uma reação no público, uma indignação.

2.1 Sustentabilidade para o jornalismo em tempos de crise

Este artigo utiliza como material de análise quatro editais ou concursos de bolsas para jornalistas produzirem reportagens investigativas. Eles foram divulgados no primeiro semestre de 2017 por quatro instituições ou veículos de comunicação: Agência Pública, Revista Azmina, Journalismfund.edu e Quinto Elemento. Em comum, essas organizações têm a característica de ser declaradamente independentes e funcionarem como meio de

comunicação alternativo à imprensa comercial tradicional. Especificamente, as brasileiras Agência Pública e Revista Azmina poderiam ser enquadradas dentro do que alguns autores chamam de “jornalismo por projetos”, que são “pequenas e médias associações editoriais protagonizadas por grupos, coletivos ou redes de jornalistas e usuários de internet que procuram desenvolver conteúdos em torno de temáticas específicas por fora do domínio das grandes empresas do setor”. (HINSEBERCK FILHO; MACIEL; OLIVEIRA, 2016 p.73). Essas iniciativas podem ser caracterizadas por buscar modos alternativos de se sustentar economicamente, criando parcerias com objetivos pontuais e prazos determinados para encerramento.

Alguns pesquisadores já detectaram que o jornalismo independente sobrevive com um modelo de negócios híbrido, ou seja, uma mistura de fontes de renda, como assinaturas de leitores, *newsletters*, doações espontâneas, dinheiro de grandes fundações nacionais e internacionais e financiamento coletivo. Esse é o caso mais próximo dos meios citados nesta pesquisa. E, nesse sentido, as bolsas de reportagem são uma maneira alternativa de financiar o jornalismo investigativo, dar ao repórter suporte econômico e tempo para realizar reportagens dessa forma. Geralmente divulgados uma vez por ano e com foco principalmente no jornalismo investigativo, essas convocatórias trazem uma série de critérios e elementos de exigência para os repórteres que pretendem ter uma pauta financiada e publicada. Mas qual é a importância de analisar esses editais? Eles nos trazem elementos que ajudam a demonstrar qual é a compreensão de Jornalismo Investigativo no âmbito dessas organizações e detalhes do perfil de jornalista “recomendado” para produzir essas reportagens. Quais são os critérios de seleção? Quais temas são prioridades? Essas são algumas das perguntas que este artigo busca responder. Nos tópicos seguintes, detalha-se características das instituições selecionadas e de seus editais de financiamento.

3. Revista Azmina: pautas feministas

Revista Azmina é uma publicação online e gratuita com foco em mulheres. A definição disponível no próprio site diz que ali há “jornalismo investigativo, acessível, de qualidade e sem rabo preso com anunciantes”. A organização também diz que se dedica a utilizar o jornalismo e a educação para ajudar a melhorar o mundo, principalmente para as mulheres.

Na equipe, só há um homem – colaborador da área de design. Uma das seções, “Folêgo”, se dedica a reportagens investigativas e de profundidade. Outra seção é a “Bolsas de reportagem”, que publica o resultado das pautas vencedoras da seleção anual. Uma das ganhadoras de 2016, por exemplo, publicou uma série sobre maternidade indígena. Neste ano, as pautas selecionadas foram: Exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias de Minas Gerais, que lidera o ranking nacional; como lei da alienação parental desqualifica mulheres e obriga crianças a viverem com abusadores e a vida de mulheres em situação de rua no Brasil. O resultado, com o nome das jornalistas selecionadas e descrição breve de cada pauta vencedora, foi publicado na página da revista no Facebook e também no Instagram.

O edital 2017 traz as seguintes informações: um rápido histórico do concurso do ano passado; detalhamento de quantas matérias o site quer financiar; detalhamento do valor pago às repórteres selecionadas; elementos desejáveis na pauta; que tipo de pauta a equipe de seleção está buscando e quem estaria habilitado para se inscrever – o edital é só para mulheres. A princípio, seria selecionada apenas uma sugestão de pauta, mas foram escolhidas três, sob a justificativa de que as inscrições tinham alto padrão de qualidade. Das 12 reportagens que o site pretende financiar este ano, oito são da própria equipe AzMina, três seriam de repórteres convidadas, e uma da vencedora desse concurso. O valor da bolsa passou de R\$ 5 mil no ano passado para R\$ 8.300 em 2017. Esse valor, no entanto, não vai integralmente para a vencedora – a equipe considera que R\$ 1.300 são para os custos do trabalho de *crowdfunding*, que incluem envios e taxas de cartão, por exemplo; R\$ 800 são para remunerar o trabalho de edição e R\$ 200 pagam a revisão. O edital especifica ainda que, se a ganhadora desejar utilizar programação especial na reportagem, precisa reservar R\$ 1.000 para a desenvolvedora web. Considerando que esses valores podem ter algumas variações, o valor destinado para a repórter seria de aproximadamente até R\$ 6 mil.

O primeiro processo de distribuição de bolsas de reportagem da Revista Azmina aconteceu em 2016. Com apoio de fundações e do público do site, foram arrecadados R\$ 45 mil, que financiaram oito séries investigativas (algumas foram premiadas). Em 2017, o site quis financiar 12 séries investigativas, e abriu uma campanha de *crowdfunding* no valor de R\$ 100 mil para viabilizar o pagamento das reportagens. No link para a campanha no site

Juntos.com.vc é possível conhecer com mais detalhes as três pautas selecionadas pelo edital, como neste exemplo da pauta sobre exploração sexual.

Privilegiada por possuir vastos recursos naturais e grandeza territorial, Minas Gerais está no topo do país quando o assunto é economia, mas lidera também outro ranking que esconde um grave problema social. Nas rodovias federais que cortam o estado verifica-se um alto índice de exploração sexual de crianças e adolescentes, o que coloca Minas em primeiro lugar na classificação dos estados que mais apresentam pontos vulneráveis a exploração de menores, de acordo com pesquisas recentes. Esta pauta tem como intuito atualizar os dados, percorrer e analisar pontos críticos e de alto risco e analisar os principais eixos rodoviários federais. É necessário explicar o que configura como exploração sexual de crianças e adolescentes, conversar com vítimas desse abuso e entender como chegaram nesta situação, ouvir o Estado e comparar a realidade a outros estados do país. (JUNTOS.COM.VC, 2017).

Da mesma forma, o site descreve as outras duas pautas selecionadas na edição 2017, trazendo alguns dados do cenário nacional e perguntas a serem respondidas pela série investigativa. Embora a Revista Azmina enfatize que o Jornalismo Investigativo é a “menina dos olhos” do site, não detalha no edital sobre o que a equipe considera ser esse tipo de jornalismo. Há uma delimitação, no entanto, sobre os temas desejáveis, considerando que a linha editorial é contra o machismo. O texto sugere que, como forma de inspiração, a candidata consulte as reportagens publicadas na seção de Jornalismo Investigativo de 2016. As matérias financiadas do ano passado abordaram os temas: casamento infantil, prostituição, educação para a igualdade, pobreza, mulheres indígenas, delegacias da mulher, aborto, zika virus e quilombolas.

Temas relacionados a minorias – pessoas negras, indígenas, homossexuais, população trans, etc – nos interessam muito, assim como tudo que está sob o guarda-chuva dos Direitos Humanos. Se a sua pauta for local, ela tem mais chances de ganhar nosso coração se fugir do eixo Rio – São Paulo. Vale inclusive pauta gringa. (REVISTA AZMINA, 2017).

Aos candidatos de 2017, o texto esclarece que não exige formação em Jornalismo, mas é necessário ter dois anos de experiência como jornalista. Solicita o envio de uma reportagem produzida pelo candidato que tenha sido publicada em algum veículo de mídia. Justifica: “A gente precisa ter certeza de que você escreve hiper bem, sabe fazer apuração, sabe o que é e o que não é fonte confiável, e por aí vai”. (REVISTA AZMINA, 2017). As pautas foram selecionadas pela direção do site e posteriormente levadas para o Conselho Editorial de

Leitores, que toma a decisão final. Na postagem em que divulgou o resultado, no dia 3 de abril no Facebook, a Revista Azmina informou ter recebido mais de 100 inscrições.

4. Agência Pública: segurança e autonomia do jornalista

A Agência Pública foi fundada em 2011 e aposta num modelo de jornalismo sem fins lucrativos. As reportagens são reproduzidas por uma rede com mais de 60 veículos, sob a licença *creative commons* e já receberam diversos prêmios nacionais e internacionais. Os principais eixos investigativos, segundo o próprio site da Agência, são: “impactos dos megaeventos esportivos; tortura e violência dos agentes do Estado; megainvestimentos na Amazônia; crise urbana; e empresas e violações de direitos humanos”. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2017). Além de produzir reportagens, a Pública tem ações para promover jornalismo investigativo independente, como programas de mentorias para jovens jornalistas, incubação de projetos inovadores e bolsas de reportagem. Também mantém a Casa Pública, uma casa cultural de jornalismo no Rio de Janeiro, que serve para produção, fomento discussão e apoio ao jornalismo independente brasileiro e da América Latina.

Nesta 7ª edição do edital de bolsas, a organização ofereceu quatro microbolsas de R\$ 7.000. Recebeu 197 pautas (um recorde de inscrições no concurso), oriundas de 44 cidades brasileiras de 15 estados, além de 12 inscrições estrangeiras. Neste ano, o processo recebeu apoio do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (CESeC), uma instituição acadêmica vinculada à Universidade Candido Mendes, do Rio de Janeiro. O edital da Agência Pública é um dos mais detalhados entre os estudados neste artigo. Ele recupera os objetivos da Agência e do modelo de bolsas, traz o detalhamento do tema (em 2017, as pautas deveriam ser sobre maconha), o passo a passo para se inscrever, o perfil de repórter procurado, a lista dos critérios de seleção, termos do “contrato” para a premiação e, por fim, menciona o Jornalismo Investigativo, colocando o link para os conceitos reunidos pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).

O objetivo deste Concurso é estimular e facilitar a produção do jornalismo investigativo independente no Brasil. Àqueles que querem saber mais sobre o conceito de jornalismo investigativo, a Pública recomenda a leitura da compilação feita pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo em comemoração aos seus 10 anos. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2017).

De maneira geral, essas definições reunidas pela Abraji mencionam: a reportagem produzida por iniciativa e trabalho do autor – sobre tema que os personagens prefeririam que ficasse em segredo; interesse público; excelência na documentação, obtenção dos dados e apresentação do material; originalidade; temas de relevância social; divulgação de temas que mostram a exploração do fraco pelo forte; *wachtdog*; transformação da realidade; apuração em profundidade; olhar diferenciado mesmo sobre uma pauta factual; aprofundar e trazer novas interpretações sobre um assunto; assunto de repercussão social, entre outros. Na lista de fontes dessa coletânea, está inclusive a diretora da Agência Pública, que cita T.D Allman.

Jornalismo genuinamente objetivo é aquele que não apenas apura os fatos, mas compreende o significado dos acontecimentos. É impactante não apenas hoje, mas resiste à passagem do tempo. É validado não apenas por ‘fontes confiáveis’, mas pelo desenrolar da história. E dez, vinte, quinze anos depois ainda serve como espelho verdadeiro e inteligente do que aconteceu. (ABRAJI, 2012 p. 7).

Um dos primeiros esclarecimentos do edital é que a bolsa é destinada a repórteres experientes e com capacidade para produzir de forma independente. Assim como a Revista Azmina, a Pública informa que não exige graduação, embora procure jornalistas profissionais e com experiência comprovada na produção de reportagens de maneira independente. O candidato precisa enviar links com algumas reportagens investigativas que tenha produzido; detalhamento da pauta, contendo pesquisa inicial, contexto e possíveis fontes; um plano de trabalho, que mencione o tempo para pesquisa, viagens, métodos jornalísticos que serão empregados e os produtos que serão entregues (como texto, foto, vídeo e infográfico); um plano de orçamento, detalhando os gastos com a reportagem, como passagens, transporte, e o pagamento do repórter (na proporção que ele mesmo escolher). E, por fim, o telefone de uma referência profissional para contato.

Os critérios da Comissão Julgadora também estão descritos no documento. “Consistência na pré-apuração; originalidade e relevância da pauta; experiência do repórter e capacidade de realizar reportagens de forma independente; segurança e viabilidade da investigação; recursos e métodos jornalísticos a serem utilizados”. (AGÊNCIA PÚBLICA,

2017). Não há definições sobre o que seriam “recursos” e “métodos jornalísticos”. É o único edital que considera a segurança do jornalista, o que, por si só, já é um indicativo das pautas que se espera. “Caso a pauta apresente risco à segurança do repórter/equipe, serão discutidas soluções em conjunto com as diretoras da Agência Pública, podendo, inclusive, levar à suspensão da reportagem. A Agência Pública desencoraja os repórteres a cometer quaisquer infrações à lei”. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2017). O prazo para entrega da reportagem é negociado no momento da assinatura de um termo de compromisso. O site ainda informa que todas as reportagens vão passar por edição e pelo departamento jurídico.

5. Quinto Elemento: laboratório mexicano de investigação

Quinto Elemento é um laboratório de investigação jornalística sediado na Cidade do México, a capital mexicana. Uma organização independente e sem fins lucrativos, que busca produzir e encorajar a produção de reportagens investigativas para empoderar os cidadãos e garantir uma sociedade mais justa e transparente, segundo informa o site oficial.

A primeira convocatória para reportagens foi aberta em março de 2017, propondo financiamento e consultoria editorial para jornalismo de excelência, com alta relevância social, que “contribuya al empoderamiento de los ciudadanos y al fortalecimiento de los valores democráticos”. (QUINTO ELEMENTO, 2017). O edital também informa que a organização deseja contar histórias de interesse do México experimentando novas tecnologias, de forma criativa e eficaz. Seleciona ideias de um só jornalista ou de uma equipe. O texto já revela o prazo para publicar o material: três meses. O dinheiro cobre a remuneração do jornalista e gastos como transporte e viagens. São selecionados três projetos que terão à sua disposição um conselho editorial, especialistas em distribuição de conteúdo e programadores.

O edital é aberto a mexicanos ou residentes mexicanos, com tema que seja de interesse do país. Os temas sugeridos são: relações internacionais, negócios e iniciativa privada, educação, ciência e saúde, meio ambiente, direitos humanos, impunidade e corrupção. É possível sugerir pautas de temas diferentes desses, desde que tenha alto impacto e relevância social. Não há definições sobre práticas investigativas nem exigências sobre a formação dos candidatos, só a respeito da limitação geográfica.

No dia 28 de maio de 2017, o Quinto Elemento publicou em sua página no Facebook um informe de que a convocatória já tinha vencedores, mas que seus nomes não seriam divulgados. O informe dizia ainda para os leitores ficarem atentos para acompanhar os resultados das investigações.

6. Journalismfund.eu: trabalho para equipe transnacional

Criada em 1998, essa é a organização mais antiga entre as analisadas neste artigo. A Journalismfund.eu é independente, sem fins lucrativos, e tem o objetivo de estimular o jornalismo transfronteiriço em profundidade na Europa. A organização estimula o trabalho em equipe no jornalismo. Em uma descrição no site, diz que, com a quantidade cada vez maior de histórias a serem investigadas, os jornalistas não podem atuar como “lobos solitários”.

A organização também justifica que o jornalismo investigativo transfronteiriço “não se enquadra em um modelo comercial tradicional”. Assim, os jornalistas muitas vezes não têm a oportunidade de trabalhar nesse sentido, e a entidade uniria esforços para aproximar repórteres e doadores, através de diferentes programas de bolsas – que seriam independentes de interesses políticos e comerciais, e com oportunidades de *networking* na comunidade jornalística, com a organização da conferência anual Dataharvest. Entre seus financiadores, estão a Fundação Adessium, Open Society Foundations, Oxfam Novib e a Fundação Fritt Ord.

Neste artigo, analisa-se especificamente “European Cross-border Grant Programme”. Na lista de regras para inscrição no programa de bolsas, a organização diz que dá suporte para reportagens com temas relevantes para o público da Europa, que precisa ter novas informações significativas. O resultado da investigação precisa ser publicado em veículos de comunicação de dois ou mais países europeus, e atingir um público amplo. As reportagens devem ser transfronteiriças, ou seja, o fundo é destinado a equipes de jornalistas de dois ou mais países. Inscrições individuais raramente são aceitas. O valor da bolsa, que não está especificado no edital, cobre pagamento da equipe, viagens, tradução. Custos de escritório e investimento em equipamentos não são financiados.

A princípio, a bolsa é destinada para jornalistas europeus. Porém, sob um argumento que justifique a necessidade de investigação em outros lugares para a pauta, jornalistas de outros continentes também são aceitos. Os candidatos precisam estar trabalhando como jornalistas profissionais, devem enviar referências (contatos de outros repórteres, editores e até professores que possam falar sobre seu trabalho), e/ou links de trabalhos já realizados. É necessário demonstrar a viabilidade da investigação a partir de um planejamento, um plano de trabalho.

Cada proposta inscrita deve ser avaliada por um júri, com base em 10 critérios: valor agregado com relação à cobertura tradicional do tema (ou seja, uma pauta “esquecida”, pouco abordada); relevância para a sociedade; originalidade das ideias, inovação, método de pesquisa; viabilidade; experiência dos candidatos e referências profissionais; a “saleability”, que pode ser traduzida como viabilidade de venda, noticiabilidade; o esforço de trabalho que a reportagem requer; se a pesquisa e a história são transfronteiriças; a rede entre jornalistas de diferentes países; e se o grupo pode funcionar como “*watchdog*”. Para cada um desses critérios, o júri atribui uma nota de 0 a 10, mas nem todos eles têm o mesmo peso – os critérios relativos à relevância, ineditismo e transnacionalidade da pauta têm peso maior que os demais.

Nos links que publicizam os detalhes do processo seletivo, não há definições claras e menções diretas a conceitos do Jornalismo Investigativo. No entanto, há uma seção no site específica para isso. “In the view of Journalismfund.eu there is no final definition of investigative journalism. On the contrary – it should be a vivid process to strive for investigative journalism and any definition must be scrutinised over and over in an ongoing debate among journalists”. (JOURNALISMFUND.EU, 2017). Após essa introdução, a entidade traz conceitos de Nils Hanson, autor e co-autor de alguns manuais de jornalismo investigativo. Ele menciona valores como abordagem crítica, importância do tema, pesquisa e análise própria do repórter e exclusividade. A organização traz ainda definições de Sheila Coronel, Mark Lee Hunter, também da Dutch-Flemish association for Investigative Journalism e do Center For Investigative Journalism.

De acordo com a associação holandesa citada pelo site, o Jornalismo Investigativo tem a característica de ser crítico e completo. Um jornalismo que descobre escândalos, revê

as políticas sociais, detecta violações de leis. Já o Centro de Jornalismo Investigativo define – conforme publicado no site do Journalismfund.eu essa modalidade como o jornalismo a serviço do interesse público, que deve descobrir corrupção, injustiça, má administração e mentiras. (JOURNALISMFUND.EU, 2017). Sheila Coronel é autora de livro sobre o assunto e participa de um centro de Jornalismo Investigativo da Universidade de Columbia. Nas definições trazidas pelo site, para ela, Jornalismo Investigativo é demonstrar como leis são violadas. Menciona o “*watchdog journalism*”. Mark Lee Hunter é autor do guia de Jornalismo Investigativo da Unesco. No tópico sobre este autor no site da organização, estão menções à publicações de informação sobre questões públicas que estão ocultas, com uso de fontes e documentos secretos e abertos. E com material conseguido por iniciativa própria do repórter.

7. Análise dos dados

A partir da leitura e descrição dos editais, com base nas teorias e conceitos relacionados ao gênero denominado Jornalismo Investigativo, esse artigo oferece algumas reflexões. Primeiramente, reunindo alguns pontos em comum, observa-se que todas as bolsas priorizam o trabalho em equipe, desaconselhando a inscrição individual para a produção e uma reportagem investigativa. Todas as inscrições podem ser realizadas online, com o preenchimento de formulários. Esses formulários pedem detalhamento do tema, com dados e contexto do tema escolhido para investigação, pré-apuração e links que comprovem a experiência e habilidade do profissional inscrito. Exige-se do candidato, em todos os casos, uma noção de planejamento e orçamento de pauta. E saber quanto vai custar uma reportagem não é algo recorrente em redações, por exemplo.

O edital da Pública, talvez por ser o veículo que promove esses editais há mais tempo (sete anos), tem muitos detalhes, até sobre um contrato que o jornalista precisa fechar com a organização. A Agência parece conhecer bem os meandros dessas negociações com *freelancers* também é a única que menciona possuir departamento jurídico pelo qual as pautas e reportagens devem passar, conforme revelado no anúncio. Exige repórteres com bastante experiência, autonomia e habilidade para trabalhar de forma independente. Além disso, é o único edital que menciona a segurança do jornalista como fator de avaliação da

pauta. Os editais dão uma relativa autonomia ao vencedor de como gastar o dinheiro da bolsa. Os valores cobrem especialmente remuneração dos profissionais, transporte, viagens. Aparece também, em alguns casos, a possibilidade de pagamento de programação na web. Alguns anúncios ainda dizem que os jornalistas selecionados terão à disposição um conselho editorial para orientá-los no decorrer do trabalho – e exigem encontros regulares para informações sobre o andamento da produção. O trabalho em equipe é um diferencial, especialmente enfatizado no edital do Journalismfund.eu. A maioria das organizações também informa se comprometer com a confidencialidade dos projetos, e nenhuma delas cobra que o profissional inscrito tenha diploma de graduação em Jornalismo.

Tabela 1- Características das bolsas de reportagem investigativa, considerando valor, temas preferenciais e banca de seleção:

Edital	Valor da bolsa	Temas selecionados	Quem seleciona
Revista Azmina	R\$ 8.300	Mulheres em situação de rua, alienação parental e exploração sexual.	Equipe do site e Conselho de Leitores.
Agência Pública	R\$ 7.000	Não revelou as pautas dos vencedores, mas mostrou preferências nos critérios de seleção: “fortalecer e qualificar o debate sobre a droga, as políticas relativas a ela e seus impactos, incentivando jornalistas de todo o Brasil a produzir histórias que informem a sociedade quanto a problemas, denúncias e distorções relativas ao uso, à produção e à criminalização da maconha”.	Diretoras da Agência Pública.

Quinto Elemento	80 mil pesos (aproxim. R\$ 13.900)	Os temas sugeridos são: relações internacionais, negócios e iniciativa privada, educação, ciência e saúde, meio ambiente, direitos humanos, impunidade e corrupção.	Não especificado no edital.
Journalismfund.eu	Não informado	Não especifica temas, apenas informa que deve ser assunto de interesse da União Europeia.	Não especificado no edital

Fonte: editais

Com relação ao critério de seleção das pautas, o ineditismo do tema e/ou abordagem aparece como um elemento fundamental, assim como o interesse público. Nenhum edital traz, no entanto, sua definição própria de Jornalismo Investigativo, mesmo que todos tenham declarado que buscam reportagens desse gênero. Porém, o edital da Agência Pública é o único com link para as definições reunidas pela Abraji – que inclui uma noção desse gênero jornalístico apresentada pela própria diretora da organização. Se considerarmos essas definições, a Agência Pública busca principalmente repórteres experientes, que realizem uma apuração de profundidade sobre temas de relevância social, que gerem uma repercussão. Outro exemplo é o Journalismfund.eu, que elenca definições de Jornalismo Investigativo em outra seção do site, fora dos links referentes à convocatória, mas que ajudam a conhecer sua compreensão do tema. Nos dois casos, as organizações orientam o leitor a seguir definições de pesquisadores, especialistas, profissionais ou entidades do setor.

Em alguns critérios de seleção de pautas, estão conceitos que se aproximam das definições de pesquisadores sobre essa modalidade de jornalismo. São exemplos: ineditismo

da pauta; informações novas e relevantes; “*watchdog journalism*”, defesa dos direitos humanos, denúncias de irregularidades.

8. Considerações finais

Das quatro entidades incluídas neste artigo, três já divulgaram o fim do processo seletivo. Entre elas, há a diferença da confidencialidade – enquanto a Revista Azmina divulgou os nomes e pautas selecionados, a Agência Pública anunciou apenas os nomes e currículos dos vencedores, e o Quinto Elemento se limitou a divulgar que o processo estava concluído. É possível identificar ao menos uma razão para esses modelos diferentes de divulgação. No caso da Revista Azmina, o site ainda depende do sucesso do *crowdfunding* para conseguir viabilizar as reportagens. Neste caso, a publicização das pautas escolhidas funciona como elemento de atração e engajamento do público. Já as bolsas das outras duas organizações não dependem de financiamento coletivo – especialmente porque ambas recebem verba de outras grandes organizações e parcerias. Além disso, o sigilo pode ser lido como uma forma de proteção dos repórteres (se as pautas selecionadas envolvem algum grau de risco) e de manter o ineditismo - evitar que a mesma pauta seja executada e publicada por outros veículos de comunicação.

A questão da autonomia e independência do repórter, embora não seja citada em todos os anúncios de bolsa de reportagem, são aspectos fundamentais para esta análise. Considerando que os jornalistas selecionados não têm vínculo com as organizações, por vezes sequer estão na sua cidade, estado ou país, fazendo contato apenas remoto com as entidades, a rotina de cumprimento da investigação financiada por um edital requer ainda mais poder de planejamento, disciplina e tomada de decisões. Vale acrescentar que, nesses casos, também é o próprio repórter que elabora sua pauta, pré-apuração, plano de orçamento e cronograma – ou seja, para além de habilidades de reportagem, exige-se dele, pela natureza desse contrato, bom desempenho como produtor, como executivo. As duas entidades que trazem definições recorrem a pesquisadores, autores e entidades da área, não buscando necessariamente uma conceituação própria. Isso é compreensível, tendo em vista que o conceito de jornalismo investigativo ainda gera ampla discussão. Espera-se, com este breve estudo, ter contribuído para a discussão sobre as noções de Jornalismo Investigativo em

diferentes contextos e sobre as bolsas de reportagem investigativa como um meio de sobrevivência desse gênero tão importante para a democracia. Como elementos para próximas pesquisas, seria interessante analisar as pautas selecionadas e as reportagens publicadas nesses sites, e sua consonância os critérios, conceitos e definições dos editais, além dos conceitos dos autores sobre Jornalismo Investigativo.

9. Referências bibliográficas

AGÊNCIA PÚBLICA. **Regulamento do Concurso de Micro bolsas da Agência Pública 2017**: <http://apublica.org/2017/03/regulamento-concurso-microbolsas-maconha/> Acesso: 19 de abril de 2017.

AGÊNCIA PÚBLICA. **Conheça os vencedores das microbolsas maconha!** Disponível em: <http://apublica.org/2017/05/conheca-os-vencedores-das-microbolsas-maconha/>. Acesso em 4 de junho de 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO. **Jornalismo investigativo** – definições de associados e seguidores. \ABRAJI: São Paulo, 2012.

FRANÇA, Erick Caldeira de. **Modelos de negócio no jornalismo independente e digital brasileiro**. Monografia apresentada para obtenção do certificado de conclusão da Pós-Graduação em Jornalismo Digital e Produção Multimídia do Instituto de Educação Superior de Brasília. Brasília, 2016.

FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

HILSENBECK FILHO, Alexander Maximilian; MACIEL, Danielle Edite Ferreira; OLIVEIRA, Taiguara Belo de. **Jornalismo por projetos? Cidadania, engajamento e novos modelos produtivos nas redes digitais**. Revista Contemporânea | comunicação e cultura. Universidade Federal da Bahia, V.14, n.01, jan-abr 2016 p. 72-88.

HUNTER, Mark Lee. **A investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos**. UNESCO Publishing, 2013.

Journalismfund.eu. Rules for applications. Disponível em: <http://www.journalismfund.eu/rules-applications>. Acesso: 19 de abril de 2017.

NASCIMENTO, Solano. **Os novos escribas:** o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil. Arquipélago editorial: Porto Alegre, 2010.

QUINTO ELEMENTO LAB. **Convocatória marzo 2017.** Disponível em: <https://quintoelab.org/>. Acesso em 19 de abril de 2017.

PORTAL COMUNIQUE-SE. **Mais de 500 profissionais de imprensa foram demitidos em 2016.** Disponível em <http://portal.comunique-se.com.br/mais-de-500-profissionais-da-imprensa-foram-demitidos-em-2016/>. Acesso em 26 de junho de 2017.

REDE DE JORNALISTAS INTERNACIONAIS. **Bolsas de jornalismo investigativo destinadas a reportagens europeias.** Disponível em: <https://ijnet.org/pt-br/opportunities/bolsas-de-jornalismo-investigativo-destinadas-reportagens-europeias>. Acesso em 25 de junho de 2017.

REVISTA AZMINA. Inscrições para as bolsas de reportagem AzMina 2017 estão abertas! Confira o edital. Disponível em: <http://azmina.com.br/2017/02/edital-das-bolsas-de-reportagem-azmina-2017/> Acesso: 19 de abril de 2017.

SEQUEIRA, Cleofe. **Jornalismo Investigativo:** o fato por trás da notícia. 1ª edição. São Paulo: Summus, 2005.

JUNTOS.COM.VC. **Bolsa de reportagens Azmina 2017.** Disponível em: <http://juntos.com.vc/pt/azminareportagens>. Acesso em 4 de junho de 2017.

SIMÃO, Guilherme de Oliveira. **Como financiar o jornalismo investigativo:** o caso das organizações sem fins lucrativos. Um estudo de caso sobre a Agência Pública. Anais do II Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo da Abraji. São Paulo: 2015.